



ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO (PR) A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO

SILVA, Cassio Henrique da¹; POSTALI-SANTANA, Valéria Barreiro²

RESUMO

A despeito da escala urbana, a segregação socioespacial é um processo que expressa as dinâmicas que envolvem a produção do espaço urbano capitalista. Por se tratar de um tema de grande complexidade, reconhecemos que nossa pesquisa não busca esgotá-lo, mas evidenciar a necessidade de aprofundamento na temática em questão. Priorizamos esta pesquisa com base na cidade de Campo Mourão (PR) a partir da análise da segregação socioespacial engendrada pelo próprio Estado através do financiamento para moradias populares na constituição do Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini e do Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini. A metodologia utilizada pautou-se em leituras bibliográficas, pesquisa documental e mapeamento, onde utilizamos imagens do Google Satélite com auxílio do software de Sistema de Informação Geográfica QGis@. Com a realização desta pesquisa, foi possível compreender as dinâmicas espaciais no espaço urbano de Campo Mourão no que concerne à segregação socioespacial expressa pela localização dos dois conjuntos habitacionais, evidenciando as diversas formas de exclusão e a dificuldade do acesso à cidade pelos seus moradores.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Espaço urbano; Moradias populares.

ANALYSIS OF SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN THE CITY OF CAMPO MOURÃO (PR) FROM CASE STUDIES

ABSTRACT

Regardless of the urban scale, socio-spatial segregation is a process that expresses the dynamics surrounding the production of capitalist urban space. Since this is a very complex issue, we recognize that our research does not seek to explore it exhaustively, but rather to highlight the need to deepen the theme in question. We prioritized this research based on the city of Campo Mourão (PR) based on the analysis of the socio-spatial segregation engendered by the State itself through funding for popular housing in the foundation of the Housing Complex Moradias Avelino Piacentini and the Housing Complex Fortunato Perdoncini. The methodology used was based on bibliographic reading, documentary research and mapping, where we used Google Satellite images with the help of the Geographic Information System software QGis@. With this research, it was possible to understand the spatial dynamics in the urban space of Campo Mourão regarding the socio-spatial segregation expressed by the location of the two housing complexes, showing the various forms of exclusion and the difficulty of access to the city by its residents.

Keywords: Socio-spatial segregation; Urban space; Popular housing.

¹ Mestrando na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão. E-mail: cassio.chs@hotmail.com. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1982-4846>.

² Doutora em Geografia pela UEM, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão. E-mail: valeria.santana@ies.unespar.edu.br. Registro ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0116-0726>.

1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano é resultado direto das ações humanas sendo, portanto, um produto social. O espaço urbano, na concepção de Santos (2006), se traduz em uma consequência das relações entre os processos políticos, econômicos e sociais que se manifesta espacialmente e uma complexa articulação entre um sistema de objetos e um sistema de ações que se geografizam no espaço, sendo que este – o espaço – se encontra em constante movimento de transformação.

Para Castells (2003, p. 92):

[...] o espaço é a expressão da sociedade: não é uma fotocópia, é a sociedade em si. As formas e os processos espaciais estão determinados pela dinâmica da estrutura social [...]. Os processos sociais conformam o espaço a atuar sobre o entorno construído herdado de estruturas sócio-espaciais (sic) prévias. Com efeito, o espaço é tempo cristalizado [...]. O espaço seria o suporte material das práticas sociais que dividem o tempo.

Para Lefebvre (2001), o consumo social do espaço urbano traz em seu bojo todas as contradições do modo de produção na qual se encontra inserido. Pode-se compreender, portanto, que a lógica de produção e reprodução do espaço urbano capitalista é pautada na exclusão socioespacial e que “[...] a segregação é inerentemente geográfica” (BROWN; CHUNG, 2005, p.125).

Neste sentido, uma das características mais marcantes das cidades contemporâneas se traduz no processo de segregação socioespacial. Na concepção de Sposito (2007), a segregação socioespacial se revela quando as formas de diferenciação econômica provocam uma separação espacial e implicam na quebra da localidade segregada em relação ao conjunto do espaço urbano, gerando uma dificuldade nas relações sociais e nas articulações que movem a vida na cidade.

De acordo com Caldeira (2000), o padrão de segregação socioespacial mais conhecido no Brasil diz respeito à ideia de centro versus periferia, na qual o centro representa os bairros dotados de melhor infraestrutura e equipamentos e serviços urbanos, enquanto a periferia corresponde aos bairros subequipados e/ou desprovidos destes aparatos, distante do centro principal da cidade e ocupado pela população carente. Assim, “a segregação socioespacial se tornou uma marca forte na consolidação das periferias, em comparação às melhores e maiores condições das camadas altas e médias da sociedade nas disputas por prioridades estatais e por recursos públicos.” (BASTOS FILHO et al., 2017).

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada caracteriza-se como um estudo de caso e objetivou analisar a segregação socioespacial produzida pelo Estado a partir da implantação dos conjuntos habitacionais Moradias Avelino Piacentini e Residencial Fortunato Perdoncini, financiados pelo Governo Federal através do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Também se constituiu como objetivo de

investigação da presente pesquisa, a análise do processo de segregação socioespacial em relação à distância dos conjuntos habitacionais até a área central da cidade de Campo Mourão, o transporte público e a infraestrutura destes conjuntos. Para isso, foi elaborado um mapa de localização e quadros informacionais.

As observações do espaço urbano mourãoense foram realizadas a partir de imagens do Google Satélite. Assim sendo, as imagens de satélite são de grande importância, pois representam a realidade auxiliando nos estudos urbanos, possibilitam comparar dados de uma determinada área e, assim, verificar as transformações espaciais, como as tendências de expansão urbana e a densidade demográfica.

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa esteve pautado em atividades de leituras, pesquisa documental e mapeamento. Compuseram a etapa de leitura e fichamento os seguintes textos/documentos: a) conceitualização do conceito de espaço urbano; b) bibliografias que discursam sobre o conceito de segregação socioespacial; c) dinâmicas e agentes produtores do espaço urbano; d) documentos sobre os programas sociais de habitação; e) documentos sobre a constituição dos conjuntos habitacionais estudados.

Na etapa de mapeamento e delimitação das áreas de estudo, foi construído um banco de dados utilizando o *software* de Sistema de Informação Geográfica QGIS®, contendo arquivo vetorial da atual divisão administrativa municipal de Campo Mourão, com base de arquivo *shapefile* disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desta base, foi utilizada a ferramenta *OpenStreetMaps*, na criação de arquivo *shapefile* para delimitar as áreas de estudo, que resultou em um mapa de localização. Para o mapa temático representativo da distância das áreas de estudo em relação ao centro da cidade, foi utilizado imagem do *Google* Satélite.

Em relação à elaboração dos quadros, no primeiro foi utilizado a tabela de horários do transporte público municipal e, no segundo, recorreu-se ao *Google* Satélite para obter-se os valores aproximados de distâncias.

3. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMPO MOURÃO A PARTIR DE DOIS ESTUDOS DE CASOS

Os processos e as formas espaciais encontram-se diretamente vinculados à existência e à reprodução dos diferentes grupos sociais, sendo que tais processos, de acordo com Corrêa (2004), produzem uma divisão socioespacial na cidade. O autor aponta que o conceito de segregação residencial surgiu na Escola de Chicago, inicialmente com Robert Park e, posteriormente com Mckenzie, que definiu tal conceito como “[...] uma concentração de tipos de população dentro de um dado território.” (CORRÊA, 2004, p. 59). Seguindo a tendência naturalista da Escola de Chicago, Zorbaugh comparou a competição pela cidade – que gera espaços de dominação de diferentes grupos sociais, ou seja, a segregação residencial – à competição que ocorre mundo vegetal.

Para Castells (1977) a segregação residencial é a tendência à organização do espaço urbano separado em zonas sociais homogêneas, com forte disparidade social entre elas. O autor aponta ainda que a disparidade não é apenas em termos de diferenças, mas também de hierarquia.

Nas palavras de Corrêa (2004), a segregação residencial é uma forma de reprodução social e age como elemento condicionador sobre a sociedade. Ademais, o local de produção é constituído pelo lugar de trabalho e o local de reprodução é definido pelos bairros e suas residências. Em outros termos, “[...] a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro” (CORRÊA, 2004, p. 66).

Corroborando com a análise em questão, Villaça (2011, p. 56) discorre que a desigualdade social existente na sociedade brasileira se manifesta sob a forma de segregação urbana. Para o autor: “Essa segregação cria um ônus excepcional para os mais pobres e uma excepcional vantagem para os mais ricos.”

Desse modo, nossas cidades, refletindo o que passa nas sociedades do mundo em desenvolvimento, se mostram pouco igualitárias também quando a questão diz respeito ao lugar que cada família ou pessoa ocupa em seus territórios. Em função do seu processo de estruturação e expansão, na cidade, ao menos aquela que nós brasileiros conhecemos, a segregação é quase um corolário. Nela espaços diferentes estão reservados (ou disponíveis) para pobres e ricos e, mais que isso, oferecem oportunidades diferenciadas segundo o local de residência. (CUNHA, 2010, p. 67).

Corrêa (2004) assevera que vários são os agentes que produzem a segregação urbana – denominada pelo autor de segregação residencial –, dentre eles, o Estado e os promotores imobiliários. Corroborando com a análise em voga, Corrêa (2004) reitera ainda que ao dotar um bairro de infraestruturas e/ou equipamentos de uso coletivo, o Poder Público cria uma nova demanda nesta

localidade, atraindo pessoas dispostas a pagar pelo uso do solo – em termos de compra ou aluguel – um preço acima das demandas que antes se dirigiam à mesma localidade.

Convergindo com o pensamento de Corrêa (2004), Kowarick (1980) menciona o papel do Estado na diferenciação dos preços das terras e dos imóveis e, conseqüentemente, na segregação socioespacial, haja vista que os investimentos públicos realizados atuam diretamente no processo de especulação imobiliária. Convém aqui mencionar que, o conceito de segregação socioespacial converge com o entendimento de segregação urbana de Villaça (2011) e segregação residencial de Corrêa (2004). Entretanto, para esta pesquisa foi adotada a terminologia segregação socioespacial por considerá-la mais pertinente para a análise social e espacial em voga.

Na concepção de Bonduki e Rolnik (1979), a ideia de segregação socioespacial está vinculada a uma relação dual entre centro versus periferia, na qual “o centro” corresponderia aos bairros mais bem equipados dos serviços urbanos, enquanto “a periferia” representaria os bairros subequipados com estes serviços. Com o crescimento das cidades e, como resultado, sua expansão periférica, os novos loteamentos, bairros e conjuntos habitacionais incorporados à cidade – localizações longínquas e descontínuas da malha urbana, habitações precárias, dificuldade de transporte e, conseqüentemente de acesso à cidade, ausência de infraestrutura e serviços urbanos – acabam por se constituir em áreas de segregação socioespacial.

No que concerne à produção da segregação socioespacial, Kowarick (2000) ressalta o papel que o Estado cumpre neste processo. Segundo o autor, o Estado é o principal investidor em relação às melhorias no espaço urbano, sendo que tais são fatores de intensa valorização diferencial da terra. Assim, o Estado desempenha uma função primordial no processo da especulação imobiliária, em que produz áreas na cidade valorizadas para a moradia de médio e alto poder aquisitivo.

Subjacente à ação estatal, Corrêa (2004, p. 64) acrescenta que algumas frações da classe dominante também atuam no processo de segregação socioespacial: “Sua atuação se faz de um lado através da auto-segregação (sic) na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar.”

Em realidade pode-se falar em auto-segregação (sic) e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas. A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de ser um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais [...]. (ibidem).

Nesse viés, é possível entender a segregação socioespacial como um meio de reprodução social, pois a diferenciação residencial significa acesso desigual aos recursos necessários para tal reprodução,

bem como acesso desigual à cidade no que tange às áreas bem providas de serviços e equipamentos públicos.

Corroborando com a análise em voga, Campos Filho (1992) assevera que no cenário capitalista, a população e as atividades econômicas no solo urbano são distribuídas a partir de “quem pode mais” em termos de poder aquisitivo, melhor localização em relação ao emprego, comércio e serviços urbanos e, principalmente, o acesso à cultura e ao lazer.

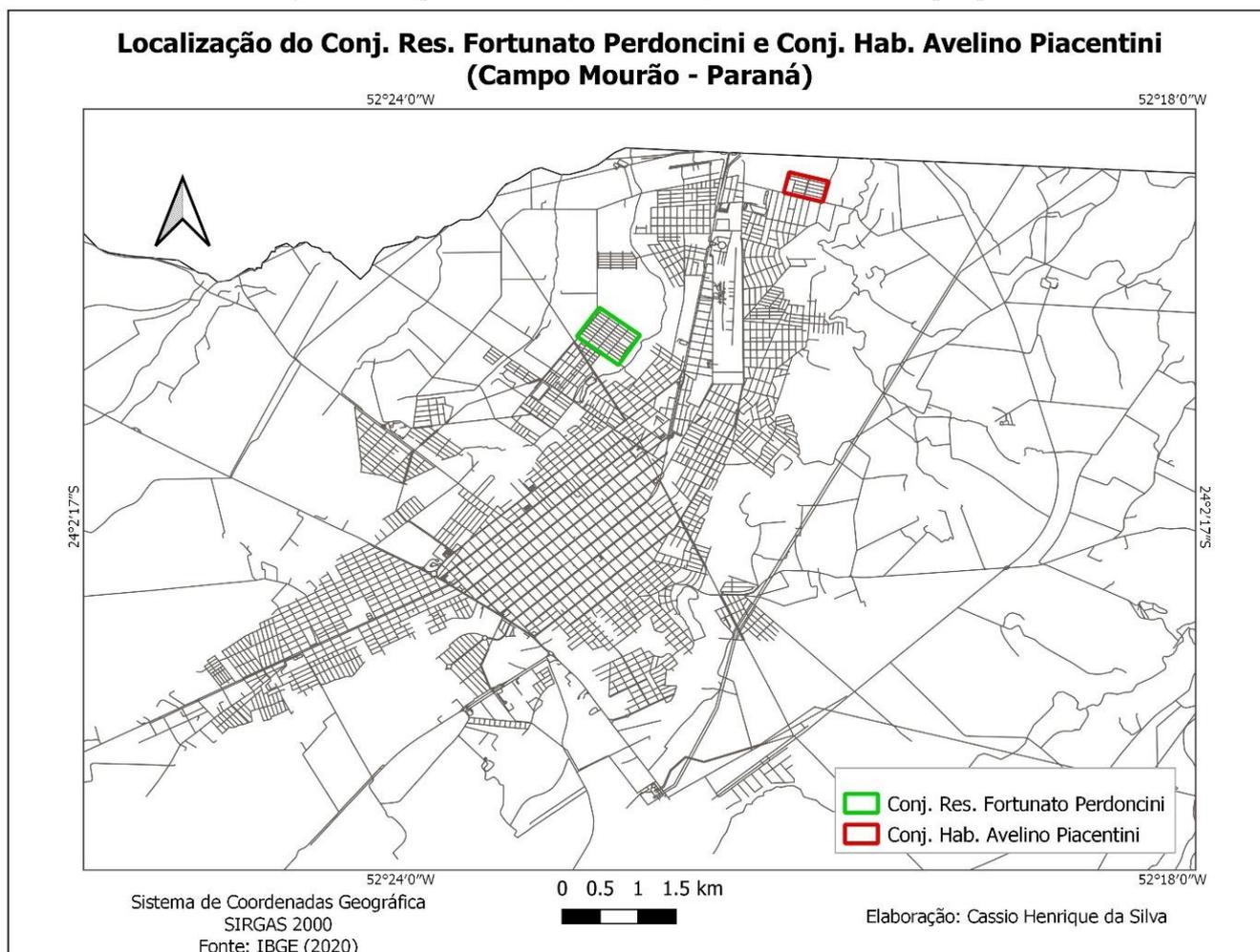
Os conjuntos habitacionais representam nitidamente áreas de segregação socioespacial. Tais localidades são constituídas por casas populares financiadas pelo Estado em nível federal, estadual ou municipal, através de programas destinados à habitação para a população de baixa renda. Corrêa (2004) discorre que essas moradias populares se configuram em arquiteturas monótonas, pois seguem um único padrão. Essas periferias se caracterizam em muitos casos como grandes aglomerações urbanas, constituídas por diversas localidades.

Vale ressaltar que a acessibilidade é um atributo que influencia diretamente no valor do lote urbano e a valorização dessas áreas ocorre quando a localização proporciona a minimização do tempo diário de deslocamento das pessoas, considerando as atividades cotidianas, como o trajeto para o trabalho, lazer, escola, consumo, entre outros (FERRAUDO; LOUZADA-NETO; FERREIRA, 2010).

O programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) foi lançado em 2009 como forma de acelerar as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no setor habitacional. O programa ofereceu subsídios a três faixas de renda familiar: Subsídios integrais a famílias cujos rendimentos somados atingem o valor de três salários mínimos (faixa 1); subsídios parciais àquelas cuja renda mensal ficava entre três a dez salários mínimos (faixa 2 e 3), as consideradas faixas de mercado (SILVA, 2016). De acordo com Hirata (2009), no ano de lançamento do programa, cerca de 90% do déficit habitacional se concentrava em famílias com rendimentos de até três salários mínimos.

Os conjuntos habitacionais Moradias Avelino Piacentini e Residencial Fortunato Perdoncini estão localizados nas áreas periféricas de Campo Mourão (Figura 1). Ambos foram construídos através do PMCMV – Faixa 1 e que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (2020), corresponde à renda familiar mensal de até R\$ 1.800,00, com até 90% de subsídio do valor do imóvel, pago em até 120 prestações mensais de no máximo R\$ 270,00 sem juros.

Figura 1 - Mapa de localização dos Conjuntos Habitacionais pesquisados



O Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini (Figura 2) foi aprovado em 03 de setembro de 2009 pelo decreto nº 4.587. Construído pela Construtora Piacentini Ltda, o conjunto é o primeiro empreendimento realizado através do programa habitacional PMCMV na cidade de Campo Mourão. O bairro está localizado na “asa leste” da cidade, conta com 436 unidades habitacionais e aproximadamente 1.800 moradores.

O Conjunto Habitacional Residencial Fortunato Perdoncini (Figura 3), também é uma obra da Construtora Piacentini Ltda, tendo sido consolidado pelo decreto nº 6.204 em 10 de janeiro de 2014. O residencial conta com 824 unidades habitacionais em sua primeira fase e abriga cerca de 3 mil pessoas; é considerado o maior conjunto habitacional de Campo Mourão. Em sua segunda fase, está prevista a entrega de mais 700 unidades habitacionais.

Figura 2 - Vista aérea do Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini



Fonte: Construtora Piacentini³

Figura 3: Vista aérea do Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini



Fonte: Construtora Piacentini⁴

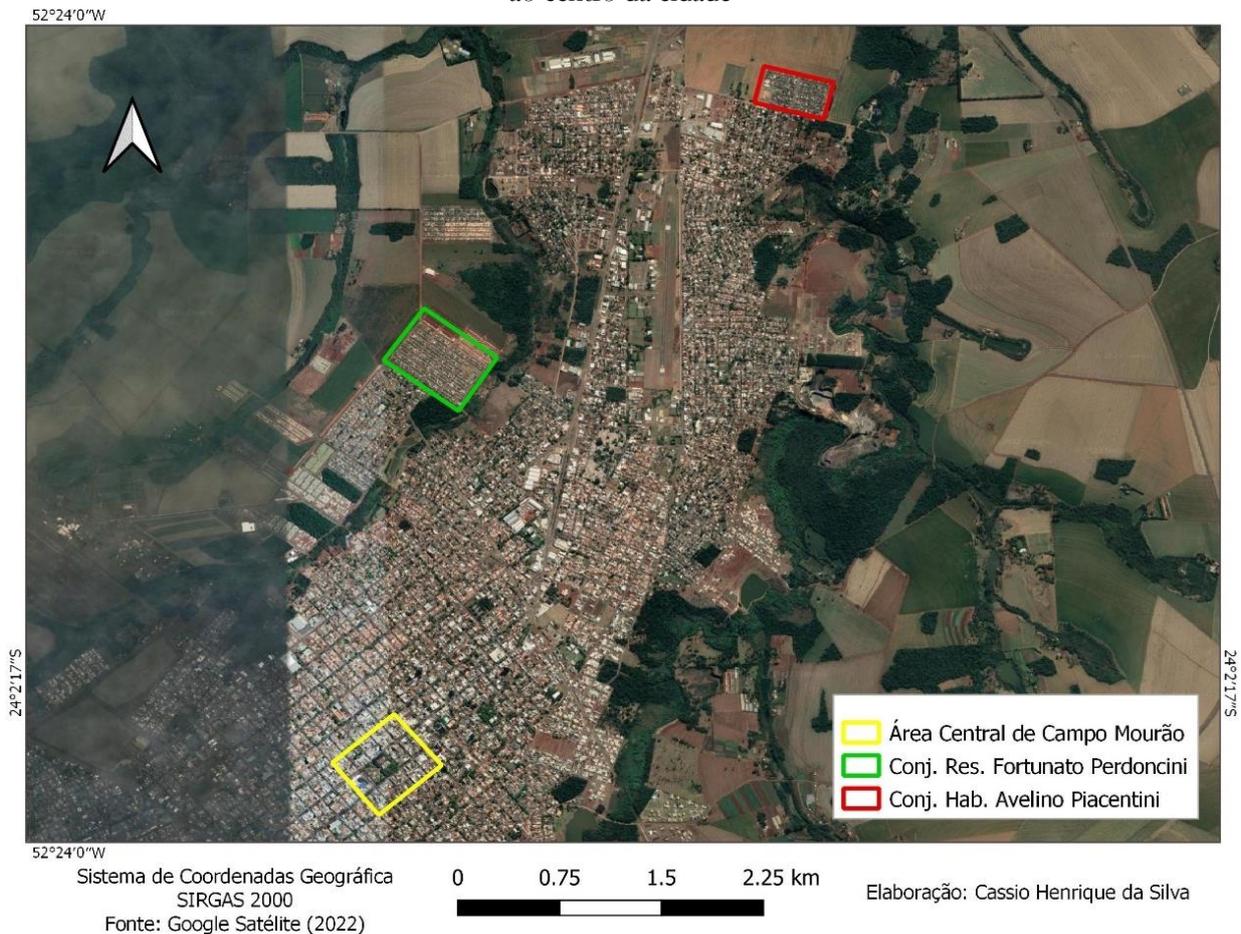
Como analisado, o Estado se estabelece como o principal agente produtor responsável pela segregação socioespacial. Nesse sentido, as habitações populares destinadas à população de baixa renda,

³ Disponível em: <https://www.cpiacentini.com.br/obras/avelino/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

⁴ Disponível em: <https://www.cpiacentini.com.br/obras/fortunato-perdoncini/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

são condicionadas às piores localizações no espaço urbano, tanto o Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini, quanto o Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini, estão instalados na periferia urbana. Dessa forma, a distância dos conjuntos habitacionais em relação ao centro da cidade pode ser observada na imagem a seguir (Figura 4).

Figura 4 - Distância do Conjunto Avelino Piacentini e Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini em relação ao centro da cidade



A imagem aponta que os conjuntos habitacionais se encontram bastante afastadas da área central de Campo Mourão. O centro é considerado a região mais ativa da cidade, onde se encontram as diversas atividades comerciais, financeiras, públicas, privadas, serviços de saúde, educação, culturais, lazer, dentre outras. Além disso, o centro da cidade é local de socialização e manifestações culturais. Nesse sentido, a população desses conjuntos tem o acesso limitado a essas atividades justamente por estarem instaladas nas regiões periféricas distantes.

O quadro abaixo apresenta a estimativa de distância dos conjuntos habitacionais para os principais serviços urbanos.

Quadro 1 - Distâncias estimadas entre os conjuntos habitacionais e os principais serviços urbanos

Locais de referência	Distância aproximada	
	Conj. Avelino Piacintini	Res. Fortunato Perdoncini
UPA – Unidade de Pronto Atendimento 24h	3,7 km	2,8 km
Catedral São José / Praça central	7,5 km	4,8 km
Praça Munhoz da Rocha	7,0 km	4,2 km
Terminal Urbano Central	7,6 km	3,0 km
Terminal Rodoviário	8,3 km	5,0 km
Banco do Brasil	7,6 km	4,9 km
Banco Itaú	7,6 km	4,6 km
Caixa Econômica Federal	8,4 km	5,1 km
11º Batalhão da Polícia Militar	4,1 km	2,2 km
Corpo de bombeiros	8,0 km	5,7 km
SAMU	9,3 km	5,6 km
Delegacia de Polícia	9,2 km	5,7 km
Parque Joaquim Teodoro de Oliveira	7,5 km	5,2 km
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR	7,9 km	4,9 km
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	9,8 km	7,6 km
Casa da Cultura / Teatro Municipal	7,9 km	4,9 km
Biblioteca Municipal	7,7 km	3,0 km
Prefeitura Municipal	8,2 km	4,6 km
Secretaria da Saúde	7,5 km	4,3 km
Câmara Municipal	8,3 km	4,8 km
Central Hospitalar Center Clínica	8,7 km	5,1 km
Hospital Santa Casa	9,2 km	3,3 km
Super Muffato	7,0 km	3,6 km

Fonte: *Google Satélite* (2022)

Org.: os autores

Conforme observado, tanto o Conjunto Habitacional Avelino Piacentini, quanto o Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini, possuem similaridades em relação à distância dos principais serviços oferecidos na cidade. As maiores distâncias variam entre 5 km a 9 km, e isso acentua ainda mais a segregação socioespacial, pois dificulta o acesso dos moradores a outras áreas da cidade, como o centro.

Alguns dos equipamentos/serviços urbanos encontrados no Conjunto Habitacional Piacentini são: Unidade Básica de Saúde; Escola Municipal Clarinha Wencel Casimiro; Mercearia. Já no Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini são: Centro Municipal de Educação Infantil Dom Virgílio de Pauli; Unidade Básica de Saúde; Galpão Comunitário; Academia da Terceira Idade e Playground; Campo de Futebol e quadra de basquete.

Os serviços presentes nos conjuntos habitacionais são em menor escala se comparado aos serviços presentes na área central. Existe uma evidente carência de bancos, farmácias, lotéricas,

supermercados, posto policial ou acesso à cultura e lazer nas proximidades dos conjuntos habitacionais, serviços estes que estão ligados diretamente à qualidade de vida dos cidadãos.

Dessa forma, distantes do centro da cidade, a grande maioria da população utiliza o transporte público para realizar suas atividades cotidianas. A empresa responsável pelo transporte público de Campo Mourão é a Melissatur, e foi verificado os horários disponíveis, conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Horário de ônibus para os conjuntos habitacionais

Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini	Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini
Linha 05 – Detran / Diamante Azul /Jd. Tropical I e II / Conj. Avelino Piacentini /Jd. Silvana	Linha 07 – Jd. Santa Nilce / Jd. Cidade Nova / Conj. Fortunato Perdoncini
Dias úteis	
SAÍDA TERMINAL URBANO 05:45 06:35 07:35 08:35 11:05 12:05 13:05 14:05 15:35 16:35 17:35 18:35 19:35 20:35 21:35 23:05	SAÍDA TERMINAL URBANO 05:40 06:30 07:30 08:30 11:00 12:00 13:00 14:00 15:40 16:30 17:30 18:30 19:30 20:30 21:30 23:00
SAÍDA CONJUNTO AVELINO PIACENTINI 06:05 07:05 08:05 09:05 11:35 12:35 13:35 14:35 16:05 17:05 18:05 19:05 20:05 21:05 22:35 23:30	SAÍDA CONJUNTO FORTUNATO PERDONCINI 06:00 07:00 08:00 09:00 11:30 12:30 13:30 14:30 16:00 17:00 18:00 19:00 20:00 21:00 22:30 23:20
Sábados	
SAÍDA TERMINAL URBANO 05:45 06:35 07:35 08:35 11:05 12:05 13:05 14:05 15:40 17:40 20:10 22:10	SAÍDA TERMINAL URBANO 05:40 06:30 07:30 08:30 11:00 12:00 13:00 14:00 16:00 18:00 20:00 22:10
SAÍDA CONJUNTO AVELINO PIACENTINI 06:05 07:05 08:05 09:05 11:35 12:35 13:35 14:35 16:10 18:10 20:40 22:40	SAÍDA CONJUNTO FORTUNATO PERDONCINI 06:00 07:00 08:00 09:00 11:30 12:30 13:30 14:30 16:30 18:30 20:30 22:40
Domingos e feriados	
SAÍDA TERMINAL URBANO 05:45 06:35 07:35 08:35 10:30 12:30 14:30 16:30 18:30 20:30 23:00	SAÍDA TERMINAL URBANO 05:40 06:30 07:30 08:30 10:30 12:30 14:30 16:30 18:30 20:30 23:30
SAÍDA CONJUNTO AVELINO PIACENTINI 06:05 07:05 08:05 09:05 11:00 13:00 15:00 17:00 19:00 21:00 23:25	SAÍDA CONJUNTO FORTUNATO PERDONCINI 06:00 07:00 08:00 09:00 11:00 13:00 15:00 17:00 19:00 21:00 23:50

Fonte: Melissa Tur⁵

Org.: Os autores

O Conjunto Habitacional Moradias Avelino Piacentini pertence à linha 05 do transporte público, e passa pelas seguintes localidades: Detran; Residencial Diamante Azul; Jardim Tropical I e II e Jardim Silvana. Sendo assim, existe transporte entre bairros, mas ocorre de forma extremamente limitada, considerando os inúmeros bairros que constituem Campo Mourão. Dessa forma, se essa população deseja ir para alguma localidade que a linha 05 não contempla, precisa ir até o terminal e esperar a linha que leve para o destino desejado; com isso, se perde muito tempo.

⁵ Disponível em: <<http://www.melissatur.com.br/consulta-itinerario>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Já o Conjunto Residencial Fortunato Perdoncini pertence a linha 07, que passa pelo Jardim Santa Nilce e Jardim Cidade Nova. O transporte entre bairros é ainda menor, obrigando novamente a população a ir até o terminal esperar pela linha que leve para os outros locais da cidade. Essas dificuldades de locomoção interferem diretamente na vida social do cidadão de baixa renda que, não raramente, fica sem acesso à cultura, lazer e entretenimento, sendo assim, algumas atividades são consideradas como privilégios das pessoas motorizadas.

Em relação aos horários de transporte disponíveis, os dias de semana contemplam 16 horários. Entretanto, aos sábados esses horários são reduzidos a 12 e aos domingos e feriados, são reduzidos a 11. Outro problema observado são os últimos horários disponíveis aos sábados, saindo do terminal para os conjuntos às 22:10h, e saindo dos conjuntos para o terminal às 22:40h, o que limita o ir e vir na realização de atividades noturnas.

Esse tipo de segregação foi discutido por Lojkin (1981), quando o autor considerou a existência de três tipos de segregação socioespacial na cidade capitalista: a primeira segregação ocorre no nível da habitação, ou seja, os “bairro de rico” e os “bairro de pobre; a segunda segregação ocorre no nível de acesso e de qualidade dos equipamentos de uso coletivos, em que é destinado à população excluída os equipamentos de baixa qualidade opondo-se ao tipo de equipamentos da população de alto poder aquisitivo e a terceira segregação, que se dá no nível do transporte domicílio-trabalho, obrigando as classes de menor rendimento utilizar precários transportes coletivos que contrastam com o uso do automóvel particular.

Destarte, na lógica capitalista, a posição social de cada indivíduo é refletida no espaço físico em que ele vive. O espaço se torna hierarquizado de acordo com a própria hierarquia da sociedade. Segundo Bourdieu (1997, p. 158), “[...] não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu que pudéssemos constatar *in loco* o que Santos (1987, p. 81) afirmou: “Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território.” Assim, por expressar a sociedade, a organização espacial é como ela: hierarquizada.

Neste sentido, é possível afirmar que a segregação socioespacial se revela em uma das principais facetas da urbanização contemporânea, pois separa as pessoas em espaços de acordo com suas condições econômicas. O espaço urbano, mais do que uma expressão espacial de segregação socioespacial, tornou-se um instrumento de exclusão social (SOJA, 1993).

Castells (1977) aponta que a segregação socioespacial tende a organizar o espaço urbano em zonas sociais homogêneas, mas com disparidades entre elas. Tal condição pode ser observada na cidade de Campo Mourão, pois localizam-se no mesmo espaço urbano e, muitas vezes próximos, condomínios de alto padrão e conjuntos habitacionais. Entretanto, os primeiros são dotados de infraestrutura e equipamentos e serviços urbanos e, os segundos, são carentes destes aparatos.

Ao analisar os casos dos Conjuntos Habitacionais Moradias Avelino Piacentini e Residencial Fortunato Perdoncini, similaridades foram observadas em suas constituições: ambos foram construídos através do PMCMV, tendo como agente produtor o Estado; foram destinados à população de baixa renda, configurando enormes e monótonos conjuntos habitacionais; a construtora responsável pelo projeto habitacional foi a mesma; a localização foi em áreas que não eram de interesse do mercado imobiliário (sem amenidades físicas ou criadas) e distantes da área central da cidade.

Os horários limitados do transporte público aos finais de semana e feriados aumenta ainda mais a distância social entre os moradores dos bairros pesquisados e a vida social urbana, pois conforme assinala Ribeiro (2005), nestas condições acontece ainda uma separação na sociabilidade de cada grupo social, isolados espacialmente, aumentando o abismo existente entre os grupos e contribuindo para a manutenção e elevação da distância entre eles.

5. REFERÊNCIAS

BASTOS FILHO, R. A.; ALMEIDA PINTO, N. M. FIÚZA, A. L. C.; BARROS, V. A. M. Segregação socioespacial: uma meta-análise dos trabalhos publicados em periódicos a partir da aprovação do estatuto da cidade (2001-2017). **Holos**, v. 8, p. 298–320, 2017.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho. *In*: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. *In*: BOURDIEU, P. (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BROW, L.; CHUNG, S. Y. Spatial segregation, segregation indices and the geographical perspective. **Population, Space and Place**, v. 12, p. 125-143, 2006.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana.** 4. ed. México: Siglo Veintiuno, 1977.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2004.

CUNHA, J. M. P. da. Planejamento municipal e segregação socioespacial: por que importa? *In: BAENINGER, R. População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais* Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2010.

FERRAUDO, G. M.; LOUZADA-NETO, F.; FERREIRA, J. F. Determinação do valor de mercado de lotes urbanos: estudo de caso – município de São Carlos, São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Biometria**, São Paulo, v. 28, 53 n. 4, p. 52-65, 2010.

HIRATA, F. “Minha Casa Minha Vida”: política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? **Aurora**, a. 3, n. 4, jul. 2009.

KOWARICK, L. **Espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

RIBEIRO, L. C. de Q. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrópole**, n. 13, p.47-70, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, M. C. A. Entre as estatísticas e a cidade: o cadastramento e a produção da demanda social por apartamentos, no Programa Minha Casa Minha Vida. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 237-256, abr. 2016.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245, 1 de agosto de 2007.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25 n. 71, p. 37-58, 2011.